



O país real



POR

**Manuel Reis
Campos**

Presidente da AIGCOPN

Independentemente das leituras políticas e dos diferentes cenários que, invariavelmente, se seguem a todos os atos eleitorais, as legislativas constituem um momento de expressão máxima da nossa democracia e marcam o início de um novo ciclo político e governativo. Competirá ao novo Parlamento respeitar as escolhas do povo, mas é importante ter presente que, como tenho vindo a referir, independentemente das opções políticas, há questões de natureza suprapartidária que precisam de resposta e que não podem ficar dependentes de calendários eleitorais.

O investimento público é,

claramente, uma dessas matérias essenciais e a sua retoma é consensualmente reconhecida como imprescindível, pelo que não há motivos para o seu adiamento. Questões como que investimentos o país precisa, quais as infraestruturas de proximidade em falta, ou que escolas necessitam de intervenções urgentes, para citar apenas alguns exemplos, já há muito que encontraram resposta.

Se, ao nível político, as decisões, os adiamentos e as incertezas nunca deixaram de estar presentes, o denominado país real sempre soube que investimentos são necessários para criar emprego, aumentar a competitividade e responder de forma efetiva a quem mais precisa.

É certo que esse país real desconhece, em grande medida, o Plano Nacional de Investimentos, a Lei de Bases da Habitação, ou as metas europeias para o investimento público. Mas sabe exatamente quais são as escolas, as es-

quadras e os centros de saúde sem condições mínimas de funcionamento, que estradas necessitam de obras ou quais os projetos de hospitais que continuam fechados numa qualquer gaveta.

E os jovens, que enfrentam dificuldades no acesso à habitação, reclamam, com justiça, uma economia mais sustentável e com o devido respeito pelo ambiente, tal como o interior quer ver uma reabilitação urbana com um caráter abrangente e nacional, ao invés de um processo limitado aos centros urbanos das principais cidades.

As estratégias político-partidárias devem poder prosseguir o seu curso, mas a exemplo do que se passa na generalidade da Europa, os pactos de regime em torno das matérias estruturais são uma realidade que também tem de existir em Portugal. Não podemos continuar a adiar o futuro e é este o momento de dar resposta à maior questão que enfrentamos: que Portugal queremos?